

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA SITUADA NA ZONA RURAL

Denise Godoi Ribeiro Sanches – UEM/PR
Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira – UEM/PR

RESUMO: O objetivo deste trabalho está em identificar o grupo de disciplinas que contemplam conteúdos relacionados às questões socioambientais, destacando a vivência dos educandos na comunidade do campo no processo de ensino e aprendizagem. A metodologia escolhida para o trabalho pautou-se na análise documental por oferecer subsídios adequados à proposta da pesquisa. O referencial teórico para a análise do Projeto Político Pedagógico da escola e das Diretrizes Curriculares da Educação do Estado do Paraná apoiou-se em Veiga (1998; 1995) e Bardin (2010). Concluímos que as questões socioambientais estão presentes na maioria das disciplinas, citadas de forma direta ou indiretamente.

PALAVRAS CHAVES: Escola do campo; questões socioambientais; interação com a comunidade.

As leis e documentos educacionais no Brasil

A educação é um dos pilares da nossa sociedade. O processo de democratização atual da educação brasileira teve um marco fundamental, o fim da Ditadura Militar em 1985. Antes disso, na década de 1970, a Lei que regia a Educação Brasileira era a lei nº 5.292/71, que possuía como característica marcante a formação profissional, ou seja, a sociedade era formada para o mercado de trabalho.

A posse de um governa civil em 15 de março de 1985 não só encerra a ditadura militar, como permite, 2 anos depois, a convocação de um Congresso Nacional Constituinte, que escreve uma nova Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988. A existência de uma nova Constituição permitiu o prosseguimento das discussões sobre os temas educacionais, com vistas à elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRANDÃO, 2005, p. 14).

Esta lei foi acolhida com entusiasmo pelos professores, a qual determinou a junção do ensino de nível primário com o antigo ginásio, passando a constituir o ensino de 1º grau, enquanto que o ensino médio recebeu a denominação de ensino de 2º grau, ambos com o objetivo de:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto regulação, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (ROMANELLI, 2002, p. 234).

Considerando a realidade brasileira, a reforma de 1971 iniciou à formação de quadros profissionais dentro do processo de ensino geral e, também preocupados com os interesses da população do campo, ostentando-se os primeiros passos para a possibilidade de educação nos níveis de alfabetização nas diversas escolas do campo, na época recebia a denominação de escola rural, com profissionais com, ao menos, uma formação específica para a prática pedagógica, ou com estudos em níveis superiores.

O ano de 1985 foi de suma importância para a população brasileira. Com o fim da ditadura militar, o colegiado elegeu Tancredo Neves como Presidente do Brasil, mas foi José Sarney, o vice presidente quem assumiu o cargo de presidente. Seu mandato ficou marcado pela democratização do país, que lutou para que ocorresse uma Assembleia Nacional Constituinte de forma não autoritária.

Com o Estado Republicano, ocorreu a criação e aprovação da Constituição Federal do Brasil, em 1988 e, a educação foi contemplada no Título VIII, Capítulo III, Seção I, Artigos 205 à 214, determinando que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 238).

Os defensores da democratização do ensino tentaram garantir a proteção constitucional para uma educação laica, universal e gratuita, com forte ênfase no ensino público, admitindo assim, a inclusão da educação do campo como também um direito de todos que residiam na zona rural.

O Brasil ganhou uma das mais avançadas e democráticas constituições respeitando os direitos sociais, a localidade de origem, a saúde, a infância e a adolescência. A partir da constituição, a educação passou a ser um dos elementos constituintes da sociedade, apontando como princípios básicos a gestão democrática, alicerçada na autonomia, na participação e na descentralização.

A própria constituição determinou que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, gerando no Congresso Nacional divergência de interesses no sentido da educação gratuita, tendo a ala conservadora, que defendia a educação gratuita e a ala liberal progressista que defendia a educação gratuita e privada. As contribuições deste governo se findam no ano de 1990, quando o Presidente da República Fernando Collor de Melo é empossado pelo voto direto, permanecendo no cargo por dois anos.

Neste ano de 1990 a legislação educacional específica do Estado do Paraná realiza um salto qualitativo na sua reflexão política e pedagógica, criando o Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, onde as escolas do campo também seguiam o mesmo documento, buscando não estabelecer diferenças entre as escolas de diferentes localidades. E assim, foram criadas as escolas de ensino fundamental II, antigo ginásio, na zona rural, visando cumprir com algumas normas das leis, como oferecer educação à todos.

Foi construído um currículo científico, baseado na teoria do conhecimento de Vigotsky que, baseava-se na interação humana para solucionar problemas de conhecimento.

Os objetivos para a construção deste documento era de reestruturar os conteúdos da educação básica das diferentes áreas do conhecimento presentes na escola.

Conforme consta no Currículo Básico (PARANÁ, 1990):

A proposta curricular aqui sistematizada traduz o trabalho coletivo dos profissionais compromissados com a educação pública do Paraná. Ela apresenta, neste momento, o projeto político-pedagógico possível e expressa a preocupação e o compromisso dos educadores com a melhoria do ensino no sentido de responder às necessidades sociais e históricas, que caracterizam a sociedade brasileira de hoje (PARANÁ, 1990, p.13).

No ano de 1992, iniciou-se o governo de Roberto Requião, tendo como Secretário de Educação Elias Abrahão. Nesta administração houve a inclusão da exemplares do Currículo Básico.

Este projeto teve repercussão nacional, pelo dinamismo de sua elaboração, pois contou com a participação dos professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, que participaram de um processo democrático e dinâmico.

A reestruturação curricular do pré-escolar à 8ª série era o resultado de um trabalho iniciado a partir de 1987, o qual englobou educadores das escolas municipais e estaduais, funcionários dos Núcleos Regionais de Educação, representantes das Inspetorias Estaduais de Educação, membros da Associação dos Professores do Paraná, membros das Instituições de Ensino Superior e das Equipes de Ensino do Departamento de Ensino de 1º grau da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

A necessidade de repensar os conteúdos básicos das disciplinas esteve no Estado do Paraná, vinculada em constantes reflexões e discussões entre os envolvidos no processo educacional de vínculo estadual e municipal. Baseadas nos princípios da pedagogia histórico-crítica, as discussões destacam os aspectos teóricos e metodológicos de cada área do conhecimento e pensando na modalidade educacional específica, como o EJA, o regular, os quilombolas, os indígenas e as escolas do campo.

2. Metodologia e análise

A pesquisa metodológica deste trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), destaca a compreensão dos comportamentos, a partir da perspectiva dos sujeitos participantes da investigação, e de favorecer os relatos sobre as experiências dos docentes na execução de seus trabalhos.

Entre as características da abordagem qualitativa estão: a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contextos da pesquisa; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; a produção de resultados, a partir de um trabalho coletivo obtido pela dinâmica entre seus envolvidos e a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

Da mesma forma, Bauer e Gaskell (2005) considera que a investigação social ou pesquisa qualitativa destaca a importância para se compreender os fenômenos humanos e realiza uma releitura das transições culturais propondo novas metodologias para subsidiar a dinâmica da vivência dos seres humanos.

Assim, tenta-se compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrevem em que consistem esses mesmos significados.

Na obtenção dos dados da pesquisa qualitativa há a necessidade do contato direto do pesquisador com o objeto a ser investigado, para que isso se confirmasse foi

escolhido como recurso, a análise documental por oferecer subsídios (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

2.1 Coleta De Dados

A coleta de dados foi realizada em uma Escola Estadual do Campo na região nordeste do Estado do Paraná, vinculado ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Ibaiti.

A decisão pela escolha de uma escola do campo no ensino fundamental foi, em virtude, de não haver pesquisa em relação a este nível de ensino neste núcleo de educação.

Para iniciar a pesquisa, primeiramente realizou-se uma visita a escola para expor o objetivo do trabalho, especificando a necessidade de acesso a alguns documentos da escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as Diretrizes Curriculares Educacionais do Estado do Paraná (DCE).

Em virtude da boa receptividade e pronto atendimento da direção da escola, deu-se continuidade ao trabalho. Assim, realizou-se a análise do Projeto Político Pedagógico da escola para ter uma visão panorâmica do marco situacional, filosófico e operacional do mesmo. Em particular, buscou-se identificar o grupo de disciplinas que contemplam conteúdos relacionados às questões socioambientais, destacando a vivência dos educandos na comunidade do campo no processo de ensino e aprendizagem.

O PPP é considerado um documento oficial da escola e para Bardin (2010), a metodologia de análise documental e análise de conteúdo apresentam semelhanças, pois o objetivo de ambas é saber, esclarecer a especificidade e seu campo de ação. Desta maneira, buscamos identificar qual o grupo de disciplinas que contemplam os conteúdos relacionados às questões ambientais e o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

Esta pesquisa possuiu cunho qualitativo, por meio do método de análise documental nos aspectos relacionados à temática, fundamentando-se na análise documental apresentada por Veiga (1998a, 1995b).

A análise documental, também é especificada por Bardin (2010, p. 47), como

operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da orig

Nos tratamentos de informação, inseridos nos documentos, o objetivo da de procedimentos de (BARDIN, 2010, p 47). Para tanto, a análise documental apresenta a finalidade de armazenar informações de modo a facilitar o seu acesso em aspecto qualitativo e quantitativo (BARDIN, 2010).

Os métodos da análise documental permitem a passagem de um documento primário para um documento secundário (representação do primeiro).

A análise dos documentos, bem como a articulação entre eles, constitui o principal eixo dessa pesquisa, pois fundamenta um enfoque de conteúdos e/ou temas socioambientais de acordo com os objetivos da educação do campo nas escolas da rede pública do Estado do Paraná, seguindo os referenciais da análise documental de acordo com Veiga (1995,1998) e Bardin (2010).

Após a análise do PPP, seguiram-se os resultados e as considerações finais para que possamos contribuir para tomadas de decisões proporcionando um resultado efetivo no processo de ensino e aprendizagem na escola do campo.

3. Resultados

O Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 1990) foi substituído pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, posteriormente, pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (PARANÁ, 2008a).

Assegurando o repensar das leis educacionais brasileira, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente do país entre os anos de 1994 à 2003, sancionou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 em 20 de dezembro de 1996.

Neste período, a educação no Estado do Paraná seguia os marcos filosófico, procedimental, situacional e organizacional dos PCNs, contudo, os representantes políticos e educacionais do estado, investiram na elaboração de uma diretriz própria para a educação paranaense, elaborando as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná.

3.1 Diretrizes curriculares da educação básica do Paraná e a escola do campo

As Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE) do Estado do Paraná, foram desenvolvidas entre 2004 e 2008, a Secretaria de Estado da Educação promoveu diversos encontros para estudos pedagógicos para a elaboração das DCE em todos os níveis da Educação Básica, inclusive para todas as disciplinas e para a educação do campo.

fundamentos teóricos das DCE quanto os aspectos metodológicos de sua

As Diretrizes Curriculares Estaduais receberam a contribuição de especialistas das diversas disciplinas e da história da educação. Tais leitores, vinculados às universidades brasileiras, participaram de debates com as equipes disciplinares das Diretrizes da Educação Básica, para os ajustes finais dos textos.

As DCEs foram constituídas pelos fundamentos teórico-metodológicos e os conteúdos estruturantes que devem organizar o trabalho docente. Anexo as DCEs, há uma relação de conteúdos considerados básicos para as séries do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, independente da modalidade escolar. Tais conteúdos foram sistematizados a partir das discussões realizadas nos encontros descentralizados (DEB-Itinerante) e pontuados para a organização das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino (PARANÁ, 2008).

O objetivo desta análise documental, em específico, nas diretrizes curriculares da educação básica e no PPP da escola integrante deste trabalho, foi de verificar se as questões socioambientais e as vivências da comunidade da zona rural constam nestes documentos, visto que, há uma DCE para cada disciplina escolar categorizada em Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, e o caderno da educação do campo.

Nesta, pode-se concluir que as questões socioambientais estão presentes na maioria das disciplinas, citadas de forma direta ou indiretamente. As disciplinas de física e matemática, não contemplam objetivos, conteúdos estruturantes ou conteúdos básicos, relacionados às questões socioambientais, contudo as demais disciplinas abordam a temática em diversos momentos, oferecendo à oportunidade de o professor orientar seus alunos a pesquisa, ao diálogo, ao agir criticamente na comunidade em que vivem.

Algumas disciplinas possuem uma maior flexibilidade para incluir as questões ambientais em seu conteúdo, trabalhando de forma interdisciplinar, como a geografia, a ciência e a educação física.

De acordo com as diretrizes, as disciplinas de geografia e a ciência, possuem conteúdos estruturantes sobre as questões socioambientais e, a partir destes, há a possibilidade de desenvolver trabalhos envolvendo a temática e as ações na comunidade rural.

Em relação a DCE de ciências, as questões socioambientais estão presentes em grande parte dos conteúdos estruturantes e básicos, visto que diversos problemas ambientais correspondem ao conhecimento deste campo de conhecimento. Há a possibilidade de trabalhar conteúdos como reciclagem, lixo, energia renovável poluição do ar, da água, do solo, efeito estufa, chuva ácida, drogas, química ambiental, efeito de agrotóxicos nos seres vivos e em seres não vivos, entre outros (PARANÁb, 2008). Também destaca a Lei 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, relacionando-os aos conteúdos estruturantes de modo contextualizado (PARANÁb, 2008).

socioambiental deverá ser contextualizada e relacionada aos co

gerada pela intensa exploração dos recursos naturais e suas consequências para o (08, p. 251). A dimensão socioambiental é citada como conteúdo estruturante na disciplina de geografia e deverá ser trabalhada em todas as séries e em todos as modalidades escolares.

De acordo com a DCE de ciências, as questões socioambientais são citadas na proposta de avaliação da disciplina que:

espera-se que o aluno compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio-ambientais (PARANÁb, 2008, p.80).

Os conteúdos relacionados às questões que podem ser trabalhados na sala de aula são variados, podendo o professor adequar a realidade de sua clientela, contextualizando-os de acordo com os conteúdos estruturantes e básicos. Isso possibilita o docente a buscar subsídios na vivência dos educandos para trabalhar os conteúdos.

Na DCE de educação física há uma abordagem teórico-metodológica enfatizando a relação entre o esporte de rendimento e a qualidade de vida, nutrição, saúde, sedentarismo e prática esportiva.

A disciplina de educação física trabalha conjuntamente com a ciência, pois visam à melhoria da qualidade de vida para o homem, tornando-o um ser ativo e criativo na sociedade a qual está inserido. As questões socioambientais também abordam conteúdos relacionados ao bem estar físico, social, não sendo somente considerado o meio ambiente como natureza, e sim as diversas relações existentes entre os seres vivos e não vivos.

As demais disciplinas oportunizam a inclusão das questões ambientais na forma de interpretação de textos ou mesmo contextualizada em seus conteúdos específicos.

3.2 Projeto Político Pedagógico do Colégio

O Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta-se como uma forma de melhorar a qualidade de ensino nas instituições públicas e privadas, organizando o trabalho pedagógico da escola.

Segundo Veiga (1995) a construção de um PPP é o ato de planejar o que se deseja executar; lançar-se para diante, baseando no que a escola apresenta e buscando o possível para romper com o present
passar por um período de instabilidade em busca de definir caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os segmentos do colegiado da
apud VEIGA, 1995, p.18).

O Projeto Político Pedagógico foi introduzido nas instituições de ensino na década de 1990 com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de

O Projeto Político Pedagógico é um compromisso da escola com a educação e o ensino, todavia é construído e executado por todos os envolvidos com o processo educativo conscientes da necessidade para a qualificação da escola e de sua *práxis* educacional. Ampliando seu significado, Veiga (2006) complementa como:

O projeto político pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O PPP é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situado em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade (VEIGA, 1995, p.11).

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de responsabilidade das instituições de ensino que e precisam estar cientes da relevância deste documento. Este não pode ser elaborado apenas para cumprir tarefas do sistema educacional, ele precisa coletiva a competência principal do educador e de sua a (BUSSMANN, 1995).

A análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste em avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico envolvendo sete elementos básicos: Finalidade da escola, Estrutura organizacional, Currículo, Tempo escolar, Relações de trabalho, Processo de decisão e a Avaliação (VEIGA, 1998).

Finalidade da escola: apresenta como objetivo norteador de seu trabalho iniciativa, autonomia de raciocínio, responsabilidade moral e exercício da cidadania

A finalidade da escola está de acordo com os objetivos da LDB Lei n. 9.394/96 que garan

humana, possibilitar o prosseguimento de estudos, garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania, dotar o educando de instrumentos que permitam "continuar aprendendo", tendo em vista a desenvolver a compreensão dos "fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos" (Art.35, incisos I a IV, da Lei nº 9394/96).

Estrutura organizacional: De acordo com Veiga (2006), estas se dispõem em duas faces, a primeira refere-se à localização, a gestão de recursos humanos e financeiros, estrutura arquitetônica do prédio, os aparatos técnicos e tecnológicos disponíveis no ambiente escolar, os recursos didáticos, os móveis escolares, bem como, os ambientes para recreação e atividades diversas. A segunda revela a realidade social dos educandos estabelecendo relações entre docentes, equipe pedagógica e agentes

profissionais, a fim de ampliar a qualidade do trabalho de toda a escola, ou seja, agindo no coletivo, de acordo com os objetivos do PPP e propiciando a construção de uma nova forma de organização.

No PPP consta o histórico da escola desde a sua fundação em 26 março de 1987, seus idealizadores, diretores, professores e funcionários. Há relatos dos decretos de alteração dos nomes da instituição e de cursos oferecidos até o ano de 2009 (data deste documento da escola).

A estrutura organizacional da escola, por se tratar de uma escola pública, é mantida pelo Governo do estado do Paraná funcionando no período da tarde com:

- Diretor: 01
- Pedagogos: 01
- Professores: 11
- Agentes Educacionais: 2
- Alunos matriculados:35
- Número de turmas: 4.

A escola se situa na zona rural, contudo, possui uma clientela de 100% da zona rural. Dentre os alunos, a maioria auxilia nos trabalhos no campo, sejam nos ramos da agricultura e da pecuária, e nos serviços domésticos. Em relação aos alunos, consta adequado, às peculiaridades da vida rural, com conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses destes alunos, respeitando a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-

No PPP constam os objetivos gerais de cada disciplina e os conteúdos teorias ou práticas, que identificam e organizamos campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais (PARANÁ, 2008, p. 27).

A escolha dos conteúdos estruturantes é baseada na análise da história da disciplina escolar para ser socializada e apropriada pelos educandos, utilizando metodologias diversas.

Observa-se que não consta no PPP a grade curricular do colégio e, tão pouco o número de aula por disciplina em cada série.

No PPP é enfatizado o trabalho coletivo envolvendo direção, equipe pedagógica, professores, técnicos, representantes da sociedade e alunos em prol do aprimoramento do educando como cidadão crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimentos e de trabalhar em equipe.

A participação da família e comunidade nas decisões escolares está baseada na cooperação, no respeito e na confiança promovendo o acompanhamento do aluno e atendimento adequado às famílias, a fim de traçarem metas, divulgação de resultados, trocas de experiências, positivas para enriquecerem as habilidades e refletirem sobre as mesmas.

Os integrantes do processo educacional desempenham funções específicas no âmbito escolar e estas constam no Regimento Escolar do colégio. É relevante que cada profissional tenha conhecimento de seu verdadeiro papel na educação para garantir o êxito do processo de ensino e aprendizagem e sendo capaz de intervir na sociedade, visando o bem estar do homem no plano pessoal e coletivo.

- **Equipe pedagógica:** inclui a direção e os pedagogos que são responsáveis pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.
- **Docentes:** A responsabilidade do professor é imprescindível para o bom desempenho do aluno. Além de participar da elaboração, implementação e avaliação do PPP, elabora seu Plano de Trabalho Docente; participa de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola; participa de reuniões, sempre que convocado pela direção; assegura que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sociocultural, entre outras.
- **Agente educacional I:** esta função é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino. Este profissional precisa conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino; cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino; receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada; organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos.

- **Auxiliar operacional ou agente educacional II:** possui como encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, limpeza, segurança das instalações escolares e a responsabilidade dos cuidados com o armazenamento, limpeza e preparo da alimentação escolar.
- **Alunos:** elencam como responsabilidade, ter respeito com colegas, docentes, agentes educacionais e equipe pedagógica, seguir as orientações dos docentes relativas ao seu processo de ensino/aprendizagem, respeitar o exercício do direito à educação/ensino dos outros alunos, ser assíduo, pontual e responsável no cumprimento dos horários e das tarefas que lhe forem atribuídas; participar das atividades desenvolvidas pela escola; conhecer as normas e horários de funcionamento de todos os serviços da escola e ser comprometido com as atividades escolares.
- **Pais e/ou comunidade escolar:** estes deveres estão de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, pois, os pais ou responsáveis devem acompanhar o percurso escolar do seu filho, estimulando-o sempre que necessário; participar em ações motivadoras de aprendizagem e na assiduidade dos alunos; conhecer o regulamento da escola; influenciando o seu educando para que o cumpra; comparecer nas reuniões para qual foi convocado; incentivar o zelo pelo material escolar e participar da Associação de Pais Mestres para promover ações que visem o melhor relacionamento dos pais com os filhos ou dos filhos com demais integrantes do processo educacional e social.

4.3.1. Marco filosófico do colégio

Refere-se à linha filosófica que vai subsidiar o fazer pedagógico e, o ideal de homem que a escola pretende alcançar.

Observam-se no PPP estudos sobre a inclusão apontando uma preocupação -se por educação especial, de acordo com a Lei 9394/96, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos de portadores de ne , p.52).

A avaliação da aprendizagem é baseada nos pressupostos de Luckesi que defende a avaliação como integrante do projeto político pedagógico. A avaliação busca um julgamento a respeito do significado de resultados. O PPP do colégio aponta que

essa deve levar a um diagnóstico sobre os problemas apontados pelo resultado e também a uma ação corretiva.

Comumente a avaliação é entendida como resultado de testes, provas e trabalhos ou pesquisas dadas aos alunos e aos quais se atribui uma nota ou conceito, que aprova ou reprova. Mas, a avaliação acompanha todo o processo de aprendizagem e não só o momento privilegiado das provas (PPP, 2009, p. 58).

Os momentos de avaliação descritos no PPP visa esta como mediadora, formativa e somativa, pautada na ação e reflexão dos envolvidos no processo educacional, abrangendo o desempenho do aluno, do professor e a adequação do programa.

De acordo com o projeto político pedagógico do colégio (PPP, 2009, p. 60),
ento didático-
processo de ensino e aprendizagem, por meio dela se sustenta a qualidade do ensino, promovendo as condições para o real exercício da cidadania.

A proposta de recuperação de estudos está relacionada ao baixo rendimento escolar do aluno, sendo proporcionado obrigatoriamente pelo estabelecimento de ensino, ao longo da série em forma de recuperação de estudos paralelos. Há orientação para considerar a aprendizagem do aluno no decorrer do bimestre e como medida para a atribuição de uma nota, indica àquela maior (entre a nota das avaliações e das recuperações).

No PPP analisado, consta algumas propostas de trabalho da escola para articulação com a família e a comunidade com a intenção de cooperação, respeito e confiança, visto que os objetivos desta parceria é garantir o êxito do processo de ensino e aprendizagem.

As reuniões pedagógicas estão previstas no calendário escolar para se realizarem uma por bimestre, com intuito de gerar discussões e debates sobre a organização do ensino, metodologias pedagógicas, processo avaliativo, apropriação de conteúdos por parte dos alunos, dentre outros assuntos de interesse da comunidade escolar.

Considerações finais

Consideramos de suma importância que os documentos da educação básica, PPP E DCEs contemplem as questões socioambientais, Para isso os responsáveis pela criação destes necessitam reconhecer as causas e consequências das questões socioambientais e da atual situação ambiental do *lócus* que trabalha, utilizando a prática para enfrentar os problemas políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.

Concluiu-se que as questões socioambientais não estão contempladas em todas as diretrizes curriculares da educação básica do estado do Paraná (DCE), há ênfase nas disciplinas de ciências, educação física e geografia. No Projeto Político Pedagógico da escola do campo há destaque para estas questões nas mesmas disciplinas das DCE e há a inclusão de diversos projetos relacionados ao socioambiental, inclusive com o objetivo de valorização da comunidade local.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola: In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. SP: Papirus, 1995.

PPP. **Projeto Político Pedagógico da escola do campo da rede pública do Estado do Paraná**. Tomazina PR. 2009.

PARANÁ. **Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

PARANÁ. **Diretrizes e bases da educação básica do estado do Paraná**. SEED: Curitiba PR. 2008.

VEIGA, I. P. A. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. 20.ed. SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. Professor: tecnológico do ensino ou agente social? In: VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (orgs). **Formação de professores: política e debates**. 3.ed. São Paulo: Papirus, 2006. p. 65-93.